

CASO MASTER

Investigado na Operação Compliance Zero, Luiz Phillipi Mourão ficou dois dias internado após tentar se enforcar na carceragem da PF em BH; divergências sobre morte cerebral marcaram o caso. Advogados dizem que vão acompanhar investigação

Morte de “Sicário” tem guerra de versões

» ALÍCIA BERNARDES

A morte de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, de 43 anos, conhecido como “Sicário” e apontado pelas investigações como integrante do núcleo operacional ligado ao empresário Daniel Vorcaro, desencadeou uma guerra de versões entre autoridades e defesa sobre o estado de saúde do investigado após uma tentativa de suicídio na carceragem da Polícia Federal em Belo Horizonte.

Mourão havia sido preso durante a terceira fase da Operação Compliance Zero, que apura suspeitas de fraudes e crimes financeiros envolvendo o Banco Master. Segundo os investigadores, ele atuava como líder operacional de um grupo responsável por coletar informações, monitorar e intimidar adversários ligados ao banqueiro. Nos autos da investigação, é descrito como um “matador de aluguel”, apelidado pelos próprios comparsas de “Sicário”.

A tentativa de suicídio ocorreu na tarde da última quarta-feira, enquanto o investigado aguardava audiência de custódia na sede da Polícia Federal na capital mineira. De acordo com a corporação, por

volta das 15h30, Mourão retirou a própria camisa de mangas longas e a utilizou para se enforcar nas grades da cela onde estava detido. Policiais perceberam a situação cerca de 10 minutos depois e iniciaram imediatamente manobras de reanimação, que teriam durado aproximadamente 30 minutos. O primeiro atendimento foi feito por agentes do Grupo de Pronto Intervenção da PF e, em seguida, por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Em estado gravíssimo, ele foi levado ao Hospital João XXIII, referência em trauma em Minas Gerais.

Nas horas seguintes, porém, surgiram versões conflitantes sobre o estado clínico do investigado. Ainda na noite de quarta-feira, a Polícia Federal informou que médicos do hospital teriam constatado morte cerebral. Pouco depois, a Secretaria



Mourão morreu na sexta, após conclusão do protocolo de morte encefálica

Existe uma chance real de caracterização de omissão/negligência para com a segurança do custodiado, uma vez que o Estado deveria ter agido para prevenir ou impedir o ocorrido”

Nota da defesa de Luiz Phillipi Mourão

de Estado de Saúde de Minas Gerais divulgou nota afirmando que Mourão permanecia internado em estado gravíssimo no Centro de Terapia Intensiva (CTI), sem confirmação oficial de morte encefálica.

Na quinta-feira, a defesa apresentou uma terceira versão. Segundo o

advogado Robson Lucas da Silva, o investigado continuava vivo e internado em estado grave, e o protocolo médico para confirmação de morte cerebral ainda não havia sido formalmente aberto.

A confirmação do óbito ocorreu apenas dois dias depois. Mourão morreu na sexta-feira, às 18h55, após a conclusão do protocolo de morte encefálica iniciado na manhã do mesmo dia, de acordo com informações da Secretaria Estadual de Saúde. O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico-Legal Dr. André Roquette, em Belo Horizonte, e liberado para a família, ontem, após exames periciais.

Diante das circunstâncias da tentativa de suicídio dentro das dependências da corporação, a Polícia Federal abriu um inquérito interno para apurar o episódio. Segundo a PF, a cela onde Mourão estava preso é

monitorada por câmeras e não possui pontos cegos. As imagens teriam registrado toda a sequência dos acontecimentos e mostram que nenhum objeto além da própria camisa foi utilizado na tentativa de enforcamento.

As gravações, ainda de acordo com a corporação, serão encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde a investigação relacionada à Operação Compliance Zero é relatada pelo ministro André Mendonça.

“A Turma”

Apontado como integrante de uma estrutura de intimidação ligada a interesses do Banco Master, Mourão teria uma longa trajetória em atividades criminosas. Investigadores afirmam que ele coordenava um dos núcleos da organização e recebia cerca de R\$ 1 milhão por mês por serviços considerados ilícitos, que incluíam ameaças e pressões contra adversários.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirmou que Sicário respondia a outro processo por participação em organização criminosa, crimes contra a economia popular e lavagem de dinheiro. Registros da Secretaria de Justiça e Segurança Pública indicam ainda que ele chegou a ficar preso por cinco dias em 2020.

Durante a operação que levou à prisão do investigado, a Polícia Rodoviária Federal também apreendeu um carro blindado avaliado em mais de R\$ 700 mil na BR-381, no sul de Minas. O veículo, ligado a Phillipi Mourão, era conduzido por um casal que acabou preso por ordem do Supremo.

As investigações apontam que o grupo ao qual ele estaria vinculado, conhecido como “A Turma”, atuava na coleta de informações, vigilância e intimidação de pessoas consideradas adversárias, entre elas autoridades públicas, ex-funcionários e até jornalistas. Mourão também tinha passagens policiais por furto qualificado, ameaças, crimes de trânsito e investigações por estelionato e associação criminosa.

Defesa fala em omissão do Estado

» MARIANA REGINATO

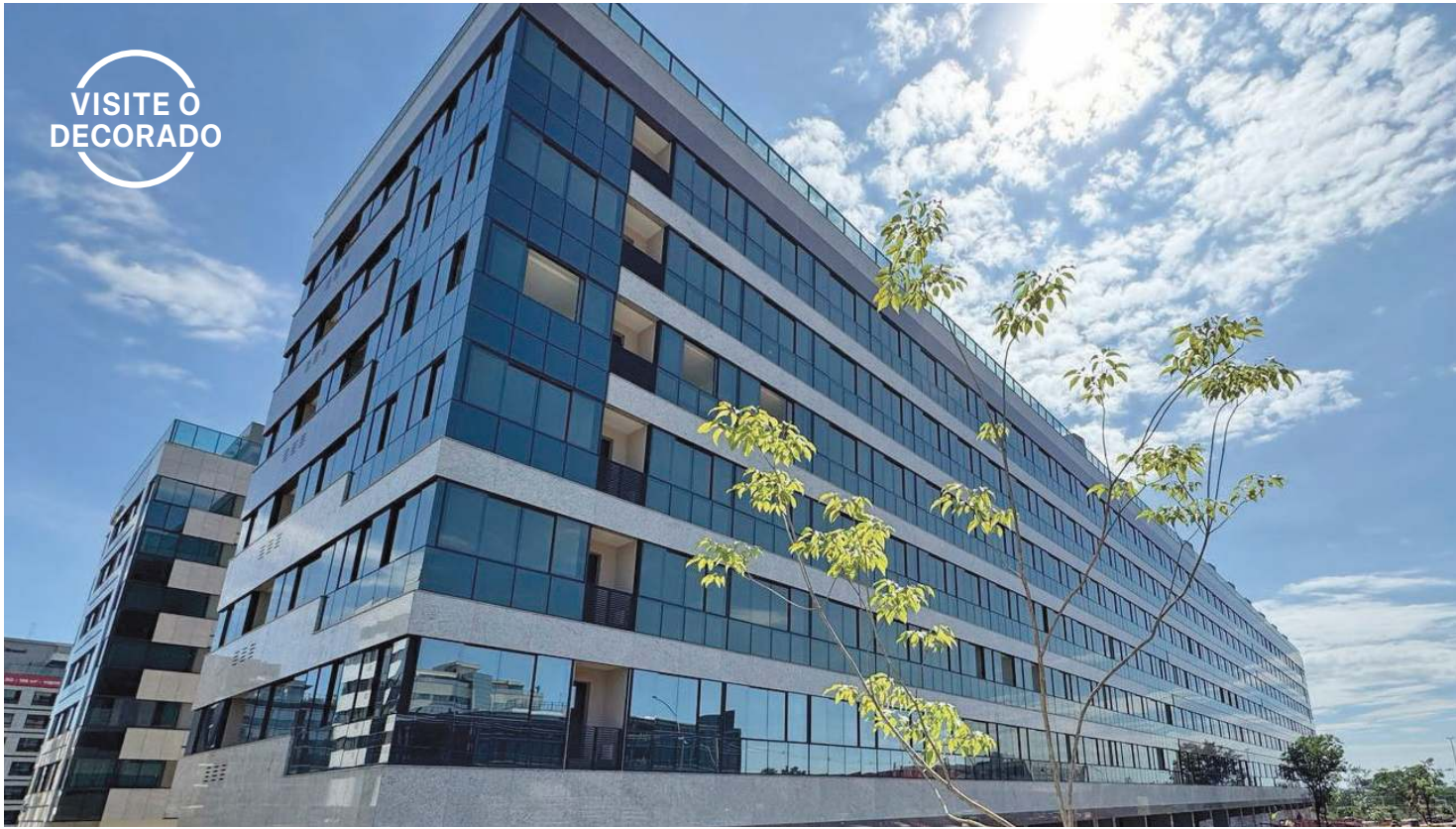
Após a morte de Luiz Phillipi Mourão, a defesa do braço direito do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, levanta a hipótese de que as circunstâncias da morte do “Sicário” demonstram omissão e negligência por parte do Estado. Segundo a Polícia Federal, “Sicário” foi encontrado desacordado na cela em que estava custodiado na Superintendência Regional da PF de Minas Gerais.

A defesa diz, em nota divulgada ao **Correio Braziliense**, que é cedo para fazer qualquer tipo de afirmação, mas que a investigação será acompanhada de perto.

“Considerando que a cela do Luiz era monitorada ‘sem pontos cegos’, e que são consideráveis minutos de asfixia progressiva até a lesão neurológica, existe uma chance real de caracterização de omissão/negligência para com a segurança do custodiado, uma vez que o Estado deveria ter agido para prevenir ou impedir o ocorrido”, sustentam, no texto, os advogados.

Phillipi Mourão estava sendo investigado por ser um dos contratados diretamente por Daniel Vorcaro para execução de atividades voltadas à obtenção de informações sigilosas, monitoramento de pessoas e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses do grupo investigado, segundo a Polícia Federal.

50 ANOS DE QUALIDADE



3 E 4 QUARTOS NO NOROESTE

Márcia Kubitschek 103 SQNW PRONTO PARA MORAR

3 e 4 quartos 119 a 151 m² Até 3 vagas de garagem

Cob. duplex 234 a 303 m² Até 4 vagas de garagem

LAZER COMPLETO



3326.2222 www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE PLANTÃO NO LOCAL NOROESTE CLNW 2/3

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS 208/209 NORTE ÁGUAS CLARAS SMAS GUARÁ II

PaulOOctavio